



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Filiada na Coordenadora Europeia Via Campesina

INTERVENÇÃO NA ACÇÃO DE PROTESTO DA CNA EM BRAGA

Caras companheiras e companheiros:

Em nome da Confederação Nacional da Agricultura, saúdo todas e todos os participantes nesta grande Ação de Protesto, e através de vós todos os agricultores, produtores florestais e apicultores que se revêm nas razões e nos objetivos desta nossa Ação de Protesto. Saudamos também as organizações filiadas na CNA, que se empenharam na mobilização e no esclarecimento para esta grande iniciativa. A voz do mundo rural ouviu-se bem alto hoje em Braga.

Quando a CNA, em princípios de Fevereiro, convocou esta Ação de Protesto, a agricultura em Portugal já vivia uma situação gravíssima, com grandes aumentos verificados nos meses anteriores, no gasóleo, nas peças para máquinas, nos adubos, nas rações, nos fitofármacos ou nas sementes. Aumentos que foram, em muitos casos, de 100, 200 ou até 300%, sem que o essencial dos preços pagos aos produtores se alterasse, mantendo-se muito baixos, ou com ligeiras alterações, entretanto já engolidas pelo aumento dos custos.

Como se não fosse suficiente, depois de todas as dificuldades vividas com a pandemia, vimos a seca estender-se por todo o País, comprometendo as culturas de outono-inverno e levantando muitas preocupações com as de primavera. A somar a tudo isto, com a guerra na Ucrânia, não tardou que manobras especulativas agravassem ainda mais os preços dos fatores de produção para níveis absurdos, como no caso do gasóleo. A guerra e as sanções irão certamente trazer novos problemas aos agricultores, mas nestes dias o que vimos foi um aproveitamento desta situação para promover a especulação e um alarmismo que só alimenta essa mesma especulação.

Perante todos estes constrangimentos, o Governo respondeu com medidas tímidas e com o encolher dos ombros perante supostas inevitabilidades, sem dar resposta aos problemas urgentes que se continuaram a agudizar e a ameaçar com a ruína a vida de milhares e milhares de agricultoras, agricultores, produtoras e produtores florestais.

Queremos daqui afirmar que o nosso País está em condições de produzir mais, de dar passos decididos no sentido da garantia de níveis adequados de abastecimento de produtos fundamentais, desde que aos agricultores sejam asseguradas condições para produzir. Essas condições exigem medidas tão urgentes quanto os problemas a que deviam dar resposta.

A pandemia e agora a guerra, mostram claramente a razão da CNA e da Agricultura Familiar, quando dizem que Portugal não pode estar perigosamente dependente do agronegócio internacional e defendem a soberania alimentar para alimentar o nosso povo.

É preciso diminuir os impostos sobre os combustíveis, mas mais do que isso, é preciso acabar com a especulação dos preços através de um mecanismo de regulação. É preciso concretizar o desconto na eletricidade verde, medida aprovada na Assembleia da República em 2020, mas que o governo

insiste em não executar, na sua política de arrastar os pés a ver se nos esquecemos. É preciso criar mecanismos para combater o aumento dos preços dos adubos, fitofármacos, rações e sementes. São necessárias ainda medidas extraordinárias para fazer face à seca, que vão além da propaganda dos milhões, da antecipação das ajudas ou de mais endividamento através de linhas de crédito.

É necessário instituir uma lei que proíba as vendas com prejuízo ao longo de toda a cadeia de comercialização, pois não é admissível o quero, posso e mando da ditadura que a grande distribuição impõe aos produtores agrícolas.

Estas são medidas necessárias e indispensáveis para a urgência dos problemas entretanto colocados. No entanto, não podemos esquecer todos os problemas que já afligiam a vida dos agricultores e dos produtores florestais, e que não podem ser deixados sem resposta.

Continua a ser necessário indemnizar os agricultores pelos danos causados pelos animais selvagens, um problema que se arrasta e que todos os dias é causa de mais danos nas explorações agrícolas. Continua a ser necessário acabar com a discriminação dos baldios no acesso aos apoios à floresta, reconhecendo o património valioso dos projetos de autogestão que muitos agrupamentos de baldios vêm levando a cabo. Continua a ser necessário devolver a Casa do Douro aos vitivinicultores do Douro, resolvendo as questões legais e concretizando o processo eleitoral para pôr a Casa do Douro a funcionar ao serviço dos produtores da região.

Continua a ser necessário concretizar plenamente o Estatuto da Agricultura Familiar, promovendo o acesso de mais agricultores ao Estatuto, e implementando medidas estruturantes, como a segurança social bonificada para os cônjuges.

Continua a ser necessário investir nos circuitos curtos de comercialização, apostar na promoção da produção e consumo locais, através de um efetivo programa de compras públicas para fornecimento de cantinas e refeitórios públicos, que dê primazia à produção local e à agricultura familiar.

Precisamos de mais agricultoras, e de valorizar o papel das mulheres agricultoras e trabalhadoras no mundo rural. Precisamos de mais e melhores serviços públicos no meio rural, na saúde, na educação, na segurança social, nos transportes e nas comunicações, que criem condições para uma vida digna em todo o mundo rural, e que permitam a fixação de jovens na agricultura.

É por todas estas razões que exigimos um Ministério da Agricultura forte, que volte a abranger a agricultura, as florestas e o desenvolvimento rural.

Estas e outras necessidades ligam-se com a exigência de uma outra Política Agrícola Comum. Não podemos aceitar que milhares de agricultores continuem excluídos das ajudas diretas, enquanto grandes proprietários que pouco ou nada produzem continuem a receber chorudos subsídios. Não podemos aceitar que se agrave o já injusto sistema de distribuição dos pagamentos diretos, fazendo convergir os seus valores, e com isso pondo ainda mais em causa setores como o do leite ou criação de bovinos, ou através de mais cortes que o governo quer impor às explorações mais pequenas.

É preciso uma PAC que dê espaço aos pequenos e médios produtores agrícolas e florestais, garanta o direito e o acesso à terra, em que a modulação e o plafonamento das ajudas sejam a regra, acabando com esta injustiça que dita que uma pequena percentagem de produtores receba a fatia de leão dos apoios da PAC. É preciso pagar a quem produz, reconhecendo o papel da agricultura familiar para a coesão e a sustentabilidade ambiental, económica e social dos territórios.

O que não aceitemos é que se use o pretexto da guerra para favorecer ainda mais o grande agronegócio, levantando restrições que significam muitos passos atrás em objetivos ambientais e de qualidade dos alimentos. Pelo contrário, precisamos de paz, e de estar solidários com todas as agricultoras e agricultores, em especial os que são vítimas da guerra.

Numa altura em que ouvimos de muitos agricultores questionarem-se sobre se vale a pena semear e continuar a produzir, é altura de afirmar: queremos produzir! Exigimos condições para isso, e não faltará comida na mesa dos portugueses e dignidade na vida dos agricultores.

Vivam as agricultoras e os agricultores!

Viva a CNA e as suas filiadas!

Viva a Agricultura Familiar e o Mundo Rural vivo!

Vítor Rodrigues

Direcção da CNA

Braga, 24 de Março de 2022